

UNSCR 1325 E O FRACASSO DOS PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS (NAPS): CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS FEMINISTAS DE SEGURANÇA

UNSCR 1325 AND THE FAILURE OF THE NATIONAL ACTION PLANS (NAPS): CONTRIBUTIONS FROM FEMINIST SECURITY STUDIES

FERNANDA CRISTINA ALVARENGA FERREIRA ¹

Universidade de Coimbra

E-mail: Fernandaalvarenga28@hotmail.com

Resumo: A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 2000 marcou um importante passo dado pela comunidade internacional na relação entre mulheres, paz e segurança. De modo a materializá-la, os Estados desenvolveram Planos de Ação Nacionais que abordassem a temática da Resolução. O presente artigo busca explicar os motivos pelos quais a maioria desses Planos fracassaram com a contribuição teórica dos Estudos Feministas de Segurança a partir de uma abordagem qualitativa e conclui, a partir do estudo de caso da Dinamarca, que a perspectiva Estadocêntrica e a metodologia top-down adotadas no texto da Resolução são alguns dos motivos que comprometem a viabilidade desses NAPs.

Palavras-chave: UNSCR 1325; ONU; NAPs; Estudos Feministas de Segurança.

Abstract: Resolution 1325 of the UN Security Council adopted in 2000 has marked an important step taken by the international community in the relationship between women, peace and security. In order to materialize it, the States developed National Action Plans that addressed the theme of the Resolution. This article seeks to explain the reasons why most of these Plans failed with the theoretical contribution of the Feminist Security Studies from a qualitative approach and concludes, from the case study of Denmark, that the Statecentric perspective and the top-down methodology adopted in the text of the Resolution are some of the reasons that compromise the viability of these NAPs .

Key-words: UNSCR 1325; UN; NAPs; Feminist Security Studies.

INTRODUÇÃO

Em 30 outubro de 2000, por unanimidade, foi aprovada pelo Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) a Resolução 1325 (UNSCR 1325)

¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra.

sobre Mulheres, Paz e Segurança que, dentre outros fins, apela aos Estados Membros que assegurem uma representação maior de mulheres nos níveis de tomada de decisão, tanto nos vários âmbitos institucionais como nos procedimentos de prevenção e resolução de conflitos. O documento solicita aos Estados que incorporem uma perspectiva de gênero nas operações de *peacekeeping* e *peacebuilding*, de forma a incluir as necessidades especiais das mulheres durante o período de reconstrução pós conflito e que incluam medidas que assegurem a proteção e o respeito aos direitos humanos das mulheres de forma a combater a violência baseada na diferença de gênero (Heathcote, 2011).

19 anos se passaram desde sua aprovação e nos cabe analisar os resultados práticos da Resolução e o que – devido aos limites da própria construção discursiva do documento – se efetivou dentro daquilo que a ONU se propôs a cumprir em suas operações de paz. Dentre as proposições da UNSCR1325, nos interessa analisar os Planos de Ação Nacionais (NAPs) propostos pela ONU aos Estados Membros e as possibilidades de aplicabilidade e sucesso do discurso utilizado na elaboração dos documentos concernentes a essa questão na prática desses Planos.

De várias formas, a prática e a teoria da segurança internacional refletem e reforçam um mundo masculino, prova disso é que menos de 40 num universo de mais de 500 artigos publicados nos 5 jornais de segurança mais conceituados nos últimos 20 anos explicitamente citam o gênero como seu principal tema. Na medida em que os estudos feministas de segurança oferecem um novo olhar ontológico para essa temática, este será o quadro conceitual-teórico que utilizaremos para a elaboração deste trabalho. Sendo clara a relevância do gênero na compreensão de questões de segurança devido ao aumento da violência sexual como arma de guerra, o aumento de bombistas mulheres suicidas, a maior participação das mulheres como soldados e seu maior ativismo contra conflitos nos últimos anos, faz-se necessário uma análise a respeito dos motivos pelos quais a UNSCR 1325 e suas deliberações (no nosso caso, os NAPs) não funcionam na prática, com o auxílio das contribuições dos estudos feministas de segurança. (Sjoberg, 2009). Para isso, realizaremos uma análise qualitativa dos documentos concernentes a esta temática e seu impacto prático nos Estados e, posteriormente, apresentaremos um breve estudo de caso sobre a Dinamarca, de modo a sustentar nosso argumento.

A escolha do ator (ONU) se deu pelo impacto que a Resolução 1325 surtiu no momento de sua aprovação, já que nunca se havia abordado tão clara e especificamente o sujeito mulheres no contexto do conflito. Por isso, sendo a ONU a primeira proponente de tais medidas inclusivas, julgou-se relevante analisar esse ator em especial. A escolha do tema se justifica especialmente pela grande escassez de trabalhos que abordem a segurança a partir da perspectiva de gênero aqui proposta, especialmente em operações de *peacebuilding* e, em contrapartida, pelo aumento da relevância dessa questão desde a aprovação da UNSCR 1325.

O presente artigo está dividido em 5 seções além da introdução e conclusão. Na primeira é feita uma introdução sobre a UNSCR 1325 e seus principais pilares; logo após abordamos os Planos de Ação Nacionais sugeridos pela ONU; depois aprofundamos o quadro teórico conceitual do trabalho, apresentando a abordagem feminista dos estudos de segurança; em seguida é realizada uma análise dos Planos de Ação Nacionais a partir da perspectiva feminista anteriormente trabalhada e, finalmente, trazemos um estudo de caso sobre a NAP implantada na Dinamarca.

1. A UNSCR 1325

A adoção da UNSCR 1325 em outubro de 2000 foi recebida como uma vitória por vários grupos de mulheres que haviam se mobilizado em resposta aos conflitos que eclodiram na década de 1990. O documento nasce em alguma medida como uma resposta às falhas das operações de *peacekeeping* na África e nos Balcãs na década anterior, que pressionaram a ONU a adotar medidas mais assertivas no que tange a violência baseada no gênero e a violência sexual (Fábián, 2012).

Nesse sentido, a resolução reconhece as transformações do fim do século XX nas dinâmicas do conflito e, conseqüentemente, a necessidade de abordá-las incluindo perspectivas e olhares novos ao perceber que as desigualdades de gênero contribuem de forma direta no estabelecimento e sustentação da paz. Para isso, a UNSCR1325 recomenda que se aborde as perspectivas de gênero nos níveis político, operacional, estratégico e tático. A Resolução possui 4 pilares centrais: prevenção, proteção, participação e *peacebuilding* e recuperação das mulheres e meninas (Fábián, 2012). Desde sua aprovação, a ONU tem produzido relatórios frequentes de avaliação dos resultados obtidos, em que traz recomendações para

que se alcance resultados mais satisfatórios. Esses relatórios mostram a importância da atualização das ferramentas e políticas da ONU frente aos novos desafios das dinâmicas de conflito dos últimos anos.

2 OS PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS (NAPS)

Nas resoluções subsequentes, especialmente a UNSCR1820, o CS da ONU solicita aos Estados Membros que adotem Planos de Ação Nacionais (NAPs) de modo a garantir a implementação da Resolução. Os Planos englobam uma série de objetivos concernentes a igualdade de gênero por meio de medidas de desenvolvimento das quais as instituições governamentais são responsáveis. Na prática, o processo de adoção de um Plano de Ação Nacional se desenvolve a partir da identificação das áreas prioritárias, a distribuição de papéis, estabelecimento de timelines, construção de indicadores e desenvolvimento de métodos de avaliação (Miller, et al. 2014).

O primeiro país a adotar uma NAP foi a Dinamarca, em 2005, seguida por outros Estados nórdicos nos anos seguintes. Dos Estados afetados pelo conflito prolongado, a Costa do Marfim e Uganda foram os pioneiros na adoção de NAPs – ambos em 2008 (Miller et al *apud* WILPF, s/d).

De acordo com a *Women's International League for Peace and Freedom* (WILPF), até dezembro de 2018, 79 Estados membros adotaram algum tipo de NAP, representando cerca de 40% do total de Estados Membros da ONU, percentual baixo levando-se em consideração que a UNSCR1820 foi aprovada há 15 anos. Ainda, dos 79 Estados que adotaram algum tipo de Plano de Ação Nacional, apenas 29 (37%) aprovaram um orçamento dedicado a este fim (WILPF, 2018).

A falta de uma estrutura de monitoramento e mecanismos de avaliação unidas com a falta de recursos e de disposição política são alguns dos motivos que tem comprometido o sucesso desses Planos. O que se observa nesses 14 anos desde a adoção da primeira NAP é um relativo sucesso dessas políticas nos Estados do Norte Global que já possuem alguma preocupação com as questões de gênero por um lado e uma grande dificuldade por parte daqueles Estados em situação de conflito prolongado ou pós conflito, por outro. Como sumariza Barrow (2016: 13),

Se os Estados não possuem a capacidade ou os recursos para executarem iniciativas de alto nível, o desenvolvimento de NAPs é rejeitado completamente e isso pode explicar por que alguns Estados foram inicialmente relutantes a desenvolverem NAPs, que pode ser percebido como uma ferramenta de países ‘ricos’.²

Desde a adoção dos Planos de Ação Nacionais, especialmente no contexto de Estados em situação de pós conflito, pesquisadores e profissionais do campo têm questionado a efetividade desses planos, principalmente no que tange a promoção do envolvimento local através de projetos liberais de *peacebuilding*, nos quais se afirmam haver demasiada burocracia, o que acaba por resultar numa implementação limitada. Ainda, os responsáveis por desenvolverem NAPs na maioria das vezes não possuem envolvimento com atores da sociedade civil, como as organizações de mulheres, e dificilmente os consultam, limitando assim a abrangência desses Planos (Basini e Ryan, 2016).

3 ABORDAGEM FEMINISTA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

Os estudos feministas de segurança nascem da realização de que a segurança não é independente, isolada, autônoma e auto-suficiente, mas que é um conceito completamente relacional e interdependente – que demanda um olhar mais abrangente e interrelacional (Cohn, 2011). Nasce da necessidade de ultrapassar os limites epistemológicos e metodológicos dos estudos de segurança como campo.

Wibben (2011) defende que os estudos feministas de segurança não são uma tentativa de inserir as perspectivas feministas no debate tradicional de segurança, mas sim oferecer uma abordagem feminista particular sobre segurança, que ela cunha de *Feminist Security Studies* (FSS). O campo nasce a partir da crítica aos estudos tradicionais de segurança que, de acordo com Wibben (2011), é constituído por meio de um “script do perigo”, isto é, de histórias construídas sobre os sujeitos e objetos que devem ser considerados ameaças, de forma a legitimar o perigo.

² Barrow, 2016: 13, tradução nossa. Trecho original: *If States do not have the capacity or resources to carry out high level initiatives, the development of NAPs may be rejected outright and this may also explain why some states were initially reluctant to develop NAPs, which could be perceived to be a tool of ‘rich’ countries.*

Nesse interim, a narrativa constitui elemento chave para a construção e legitimação desses discursos. Assim, repousando suas bases ontológicas no debate pós estruturalista, o FSS atribui grande importância ao papel da linguagem e da contingência, isto é, o conhecimento é contextual, relacional e interessado. A atenção dada ao FSS é nas pessoas e como elas influenciam as políticas globais, diferente dos estudos tradicionais, que miram nos atores poderosos que eles acreditam serem os únicos a influenciar diretamente no conflito. (Sjoberg, 2009)

Wibben (*apud* Mackenzie, 2011), defende que essas narrativas são legitimadas nos estudos tradicionais de segurança por meio das relações de poder. Para a autora (2011), o FSS deve desenvolver uma disposição a ouvir, isto é, “ele deve estar disposto a suspender seu próprio quadro de significado para ‘aceitar que alguns eventos resistem à compreensão simples e direta; eles exigem testemunho, mas desafiam a expressão narrativa’”. (Apfelbaum *apud* Andrews, 2007: 40) Nesse sentido, a abordagem que o FSS oferece se desenvolve por meio de relatos de experiências vividas e narrativas pessoais sobre o que, na realidade, segurança e insegurança significa para os indivíduos. Para a autora,

...narrativas selecionadas, aquelas que se conformam e confirmam a ordem existente porque podem ocupar um espaço dentro de seus limites, são recirculadas. É um processo violento de controle e securitização do significado, porque as narrativas prendem o significado... As narrativas são inerentemente políticas; eles sempre marcam/mascaram um momento político e, simultaneamente, investigam e inventam uma ordem.³

Ou seja, o que a autora propõe é que antes de se analisar o objeto/ator a serem securitizados, deve-se olhar para a formação e reprodução daquele conhecimento sobre segurança – como/quem/porque se definiu aquele objeto como ameaça. Assim, o que mais diferencia os estudos feministas de segurança das outras abordagens são os compromissos metodológicos de cada um. Shepherd (2009) acredita que tal processo discursivo (re)produzido pelo neo-realismo e os estudos tradicionais de segurança é problemático na medida que é potencialmente patológico, isto é, ele produz as violências que busca combater.

³ Wibben, 2011: 64 *apud* Shepherd 2012: 168, tradução nossa. Trecho original: *Selected narratives, those that conform to and confirm the existing order because they can occupy a space within its confines, are re/circulated. It is a violent process of controlling and securitizing meaning because narratives arrest meaning... Narratives are inherently political; they always mark/mask a political moment, and they simultaneously investigate and invent an order.*

4 O FRACASSO DOS NAPS – A PERSPECTIVA FEMINISTA

Apesar do crescente número de Resoluções relacionadas às questões de gênero nas duas últimas décadas, e de uma institucionalização através da criação de agências e organizações relacionadas à essa temática, a chamada “década das mulheres” mostrou-se muito mais normativa que operacional.

Embora a ONU não tenha sugerido um modelo ideal de NAP a ser implementado pelos Estados (devido às peculiaridades inerentes a cada um), o que se espera é que tais planos estejam em conformidade com as diretrizes da UNSCR 1325, isto é, que possuam uma interpretação liberal do feminismo. Nesse sentido, os problemas identificados na operacionalização das NAPs começam ao serem planos desenvolvidos por uma perspectiva *top-down* de segurança e, dessa forma, acabarem por homogeneizarem o sujeito mulheres.

Em princípio, as NAPs seriam uma boa ferramenta de colocar em prática as deliberações da UNSCR1325; no entanto, na maioria das vezes não são legisladas, isto é, com a alternância entre governos, acabam por serem colocadas de lado e ignoradas – é o caso da República Centro Africana que embora lançou um NAP em 2014, desde 2017 não se pronuncia ou se compromete com nenhuma medida concernente a este plano. Se uma perspectiva *bottom-up*, na qual a sociedade civil e as mulheres direta e indiretamente afetadas pelo conflito pudessem influenciar e propor suas próprias agendas e necessidades e a partir de então os governos pudessem colaborar, talvez esses planos pudessem obter mais sucesso.

Uma abordagem feminista dos estudos de segurança oferece um olhar multidimensional de segurança; isto é, defende que ameaças a segurança não se encontram apenas na guerra ou na violência internacional, mas também na pobreza, na destruição ecológica, na violência doméstica e, assim, os Planos de Ação Nacionais sugeridos pelos Estados devem ser pensados de modo inter-relacional com os desafios de desenvolvimento enfrentados especialmente pelos Estados subdesenvolvidos (Sjoberg, 2009).

Embora a UNSCR 1325 e as posteriores resoluções complementares reconheçam o papel das organizações de mulheres locais no *gender mainstreaming*⁴, pouco ou quase nenhum

⁴ O *gender-mainstreaming* é uma estratégia com vistas a maior integração de uma perspectiva de gênero em todos os âmbitos da política, como na formulação, implementação e monitoramento de documentos, de modo a promover a igualdade de gênero e combater a discriminação. (UN Women, s/d).

espaço é dado a elas nas negociações de paz oficiais ou nas discussões formais de implementação de *peacebuilding* naquele local. Ou seja, os NAPs encontrariam resultados mais positivos se ao invés de adotarem uma perspectiva feminista inclusiva, adotassem uma transformativa. Tal estratégia foi adotada por movimentos de mulheres em alguns países da África e apresentaram resultados muito positivos. Nesse sentido, para que esses Planos obtenham sucesso na igualdade de gênero e participação das mulheres, é necessária uma abordagem que atinja não apenas a violência direta como também a estrutural. (Sjoberg, 2009)

Embora o próprio texto da UNSCR 1325 e da 1820 enfatizem a importância do envolvimento local, percebe-se a tendência de um envolvimento condicionado à lógica liberal (respaldado pelo próprio texto da resolução), em que a “participação” das mulheres é, na verdade, sua participação aos regimes internacionais vigentes uma vez que os Estados em situação de pós conflito possuem poder limitado nas políticas de (re)construção da paz. Ou seja, pra um NAP ser considerado de êxito, ele deve estar em conformidade com o modelo liberal ocidental.

Neste sentido, embora as Resoluções referentes aos NAPs encorajem as ONGs a se envolverem na questão, a própria estrutura sugerida de ação limita a atuação dessas organizações e não concedem espaço algum para que elas desafiem a real fonte da insegurança das mulheres. Ou seja, não obstante o caráter emancipatório, que se propõe a olhar para o componente de gênero em operações e processos que até então nunca foram vistos nessa perspectiva; o discurso do texto da Resolução insiste em posicionar “um sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, [que] gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção.” (Butler, 2003: 22)

Dessa forma, a representação numérica das mulheres nas estruturas internacionais, nacionais e locais não dirime as desigualdades substantivas que reduz o acesso das mulheres a essas estruturas, não abordando as normas culturais que reduzem a autoridade das contribuições das mulheres (Heathcote, 2011). Assim, tal representatividade numérica é percebida na Resolução ao proclamar a importância de assegurar às mulheres um lugar à mesa (criando a ilusão de participação efetiva) quando as questões de paz e guerra (*high politics*) já foram

abordadas e resolvidas em um ambiente predominantemente dominado por homens (Anderlini *apud* Pratt, 2013). Ou seja, as NAPs, na prática, funcionam mais de forma a enfraquecer a pressão sofrida pelas organizações internacionais em incluir as perspectivas de gênero nos regimes internacionais do que se comprometem de fato a realiza-lo.

5 O CASO DA DINAMARCA

A Dinamarca foi o primeiro país a adotar uma NAP, em 2005, e desde então já adotou outras duas. A NAP da primeira geração possui um foco amplo, atentando-se ao aumento de mulheres nas forças de defesa dinamarquesas, a ampliação da proteção a mulheres e meninas onde as tropas dinamarquesas estão atuando e ao apoio da operacionalização da UNSCR 1325 especialmente nas organizações multilaterais em que é um Estado Membro (Barrow, 2016).

Assim, o formato da primeira geração da NAP dinamarquesa não corresponde exatamente às expectativas que os atores da sociedade civil possuíam em relação a este plano, que reflete a visão da UNSCR 1325 na qual a igualdade de gênero é vista como sinônimo de participação quantitativa de mulheres nas operações de paz (Barrow, 2016).

O que se esperava era que tal plano extrapolasse a componente militar da igualdade de gênero (especialmente de igualdade de gênero nas operações de *peacekeeping*), e não foi isso que ocorreu. Uma outra crítica direcionada a esta NAP está relacionada à falta de indicadores ou acompanhamento de tal Plano, o que acaba por comprometer a avaliação dos resultados (Barrow, 2016).

O foco da segunda geração concede maior ênfase às operações humanitárias e à prevenção de conflito e *peacebuilding*, adotando uma estratégia de alcance mais estreita e limitada e, assim, corrigindo a falha da primeira geração, ao adotar mecanismos de avaliação e monitoramento. No entanto, embora tenha corrigido algumas falhas do primeiro plano, a segunda geração ainda se mostra muito normativa e não tanto operacional. É apenas na terceira geração, adotada em 2014, que o país escandinavo consegue de fato adotar uma perspectiva de gênero inclusiva, abrangente e em articulação com a sociedade civil, com a implementação de indicadores mais específicos e direcionados, enfatizando a assistência

bilateral a Estados receptores de ajuda e reforçando o *state building* em detrimento do foco no *peacekeeping* adotado nas duas primeiras gerações de NAP (Barrow, 2016).

O que se conclui com essa breve análise dos Planos de Ação Nacional adotados pela Dinamarca é que o Estado levou quase 10 anos para conseguir adotar um plano que de fato adotasse uma perspectiva de gênero em todos os níveis operacionais e que se articulasse em alguma medida com a sociedade civil. Ou seja, é possível concluir que para aqueles Estados carentes de recursos – isto é, aqueles Estados onde a desigualdade de gênero é muito mais acentuada e o conflito prolongado afeta ainda mais essa questão – é ainda mais custoso adotar NAPs de sucesso que estejam em consonância com as deliberações da UNSCR 1325, especialmente se não estão inseridos no liberalismo prescrito Ocidental.

CONCLUSÃO

Desde a adoção da UNSCR 1325, o debate crítico na academia tem sido fomentado pelo questionamento sobre o real fim da Resolução, o que sua construção discursiva implica, os limites de sua elaboração e consequente operacionalização, e qual o compromisso que tal documento tem com as mulheres, na prática. Olhar mais de perto para os Planos de Ação Nacionais nos permite ir além e perceber como a Resolução funciona muito mais como um mecanismo enfraquecedor das pressões que a organização recebia para que abordasse mais especificamente as questões de gênero do que tem vistas a de fato transforma-la na prática.

Ao solicitar aos Estados Membros que adotem Planos de Ação Nacionais, a ONU não apenas se exime do comprometimento, como também limita o espaço de ação desses Estados, que se veem coagidos a adotar medidas de *gender mainstreaming* que não questionem o status quo e não removam a centralidade do Estado como ator central. O caso dinamarquês nos ajuda a entender como esses Planos estão fadados ao fracasso em Estados frágeis, onde a violência sexual, a falta de representatividade e participação das mulheres e os mecanismos de punição aos perpetradores da violência de gênero são problemas cotidianos incessantes, uma vez que o Estado no qual as instituições funcionam sublimemente e apresentam mais recursos enfrentou dificuldades em concretizar uma NAP de sucesso.

Nesse sentido, os estudos feministas de segurança são uma ferramenta válida para entender como a produção discursiva da UNSCR 1325 compromete o sucesso dos Planos de Ação Nacionais e como a metodologia desses planos (através de uma perspectiva estadocêntrica e abordagem *top-down*), inviabiliza os resultados esperados. 19 anos se passaram desde a adoção da UNSCR 1325 e dezenas de relatórios e resoluções complementares foram redigidas, mas as mulheres continuam marginalizadas e suas vozes continuam silenciadas em todos os âmbitos do *policy making*. Como Malmborg assertivamente conclui, “palavras precisam ser traduzidas em reais conquistas.” (Malmborg, 2015: 56, tradução nossa)⁵

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, M. 2007. *Shaping History: Narratives of Political Change*. Cambridge: Cambridge University Press. DOI: 10.1017/CBO9780511557859
- BARROW, A. 2016. “Operationalizing Security Council Resolution 1325: The Role of National Action Plans.” *Journal of Conflict and Security Law*, v. 21, n. 2, pp. 247–275. DOI: [10.1093/jcsl/krw002](https://doi.org/10.1093/jcsl/krw002)
- BASINI, H.; RYAN, C. 2016. “National Action Plans as an obstacle to meaningful local ownership of UNSCR 1325 in Liberia and Sierra Leone.” *International Political Science Review*, v. 37, n.3 , pp. 390-403. DOI: 10.1080/17502977.2017.1337337
- BUTLER, J. 2003. “Gender trouble.” *Continental feminism reader*, pp. 29-56.
- COHN, C. 2011. “Feminist Security Studies: Toward a Reflexive Practice.” *Politics & Gender*, v. 7, n. 4, pp. 581-586.
- FÁBIÁN, K. 2012. “Women and War: Power and Protection in the 21st Century” edited by Kathleen Kuehnast, Chantal de Jonge Oudraat, and Helga Hernes. *Journal of Women, Politics & Policy*, v. 33, n. 3, pp. 283-286, DOI: 10.1080/1554477X.2012.696522
- HEATHCOTE, G. 2011. “Feminist politics and the use of force: Theorising feminist action and Security Council Resolution 1325.” *Socio-Legal Rev.*, v. 7, n. 23.
- LAURA, J.; ANNICK, W. 2012. “Feminist Security Studies: A Narrative Approach”. *International Feminist Journal of Politics*, v. 14, n. 1, pp. 168-170, DOI: 10.1080/14616742.2011.631431

⁵ Trecho original: “Words need to be translated into real achievements”.

MALMBORG, L. 2016. *Women or victims?: An analysis of National Action Plans in response to United Nations Security Council Resolution 1325 on Women, Peace and Security*. Dissertação apresentada para a School of Global Studies, University of Gothenburg.

MACKENZIE, Megan H. 2011. “Feminist Security Studies: A Narrative Approach”. *Journal of Contemporary European Studies*, v. 19, n. 4, pp. 585-587, DOI: 10.1080/14782804.2011.645330

MILLER, B. et al. 2014. “Women in peace and security through United Nations Security resolution 1325: Literature review, content analysis of national action plans, and implementation.” *Institute for Global and International Studies*, 13/GGP WP 09.

PRATT, N. 2013. “Weaponising feminism for the “war on terror”, versus employing strategic silence.” *Critical Studies on Terrorism*, v. 6, n. 2, pp. 327-331. DOI: 10.1080/17539153.2013.809267

RESOLUTION 1889. 2009 – Adopted by the Security Council at its 6196th meeting, on 5 October 2009. New York: United Nations, 2009b.

SHEPHERD, L. J. 2009. “Gender, Violence and Global Politics: Contemporary Debates in Feminist Security Studies”, *Political Studies Review*, v. 7, n. 2, pp. 208–219. DOI: 10.1111/j.1478-9299.2009.00180

SJOBERG, L. 2009. “Introduction to security studies: Feminist contributions.” *Security Studies*, v. 18, n. 2, pp. 183-213. DOI: 10.1080/09636410902900129

UN WOMEN. 2015. “Preventing Conflict, Transforming Justice, Securing the Peace.” Disponível em: <[https://www.peacewomen.org/sites/.../UNW-GLOBAL-STUDY-1325-2015%20\(1\).pdf](https://www.peacewomen.org/sites/.../UNW-GLOBAL-STUDY-1325-2015%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 dezembro. 2018.

UN WOMEN. s/d. “Gender Mainstreaming.” Disponível em: <<https://www.un.org/womenwatch/osagi/gendermainstreaming.htm>>. Acesso em: 27 julho. 2019.

WIBBEN, A. T. 2011. “Feminist politics in feminist security studies.” *Politics & Gender*, v. 7, n. 4, pp. 590-595. DOI: 10.1017/S1743923X11000407

WILPF website. Disponível em: <www.peacewomen.org>. Acesso em: 27 de julho. 2019.